



RELATORIO CIRCUNSTANCIADO DO PODER LEGISLATIVO DE VALE DO ANARI-RO EXERCÍCIO DE **2023**

1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Cuidam os autos do exame da Prestação de Contas da Câmara Municipal Vale do Anari - RO, referente ao exercício 2023, entidade jurisdicionada sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial deste Tribunal de Contas, nos termos da Constituição Federal; Constituição Estadual; Instrução Normativa nº 013/TCE-RO-04 e atendeu em seu aspecto formal, integralmente aos requisitos listados na IN nº 072/TCE-RO-2020 c/c Lei Federal nº 4.320/64, e na Lei Complementar nº 154/96.

Declaramos, para os fins legais, consoante o disposto no artigo 17 da Instrução Normativa nº 019/TCE-RO-2006, que os documentos e informações integrantes da Prestação de Contas de Gestão do Poder Legislativo do Município de Vale do Anari, referente **ao exercício financeiro de 2023**, [enviados ao Tribunal de Contas do Estado de](mailto:camaravaledoanari@hotmail.com)



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Rondônia, via SIGAP em 30/03/2023, são verdadeiros, e que as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2023, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101/00, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, e com os arquivos contábeis e de execução orçamentária e fiscal, enviados via SIGAP – Módulo Contábil e Módulo Gestão Fiscal, respectivamente, ao longo do exercício de referência.

2 – ÍNDICE DA REGULARIDADE E CONSISTÊNCIA DOS DOCUMENTOS E OBRIGAÇÕES LEGALMENTE EXIGÍVEIS PELO TCER.

Em razão do exposto, as peças juntadas a **Prestação de Contas de 2023** em cumprimento a Instrução Normativa nº 72/TCER/2020 e demais normas vigentes sob a gestão do Senhor *VILACI FERREIRA SOUSA CPF 258.234.851-15*, Vereador Presidente são:

Ord.	Dispositivo legal	Critério	Formato
01	Balanco Orçamentário - Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 a) Quadro Principal; b) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados; c) Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados; d) Notas Explicativas ao Balanco Orçamentário: a. o regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado; b. o período a que se refere o orçamento; c. as entidades abrangidas; d. o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante; e. o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário); f. a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário;	Normas Brasileira de Contabilidade (NBC TSP – do Setor Público); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª Edição); e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanco Orçamentário	PDF



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

	g. as atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária; h. o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente; i. o detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada;		
02	Balanço Financeiro - Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 g) Quadro principal; e h) Notas Explicativas ao Balanço Financeiro deverão conter ao menos: ☐ política de contabilização das retenções; e ☐ ajustes relacionados às retenções, bem com outras operações que impactem significativamente o Balanço Financeiro	Normas Brasileira de Contabilidade (NBC TSP – do Setor Público); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª Edição); e IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro	PDF
03	Balanço Patrimonial - Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 p) Quadro Principal; q) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; r) Quadro das Contas de Compensação; s) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro; t) Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos, recomenda-se o detalhamento das seguintes contas: ☐ Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo, em especial, a dívida ativa evidenciando no mínimo: a composição da dívida por exercício financeiro; demonstração dos valores inscritos no exercício à título de principal, multas, juros e correção monetária; e bem como os valores arrecadados e cancelados no exercício; ☐ Imobilizado; ☐ Intangível; ☐ Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; ☐ Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo; ☐ Políticas de depreciação, amortização e exaustão e demais políticas contábeis relevantes; e ☐ Demais elementos patrimoniais, quando relevantes	Normas Brasileira de Contabilidade (NBC TSP – do Setor Público); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª Edição); IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP; e IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial	PDF



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

04	Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15 da Lei nº 4.320/64 g) Quadro principal; e h) Notas Explicativas a DVP deverá ser acompanhada de notas explicativas, divulgando separadamente a natureza e valores dos itens relevantes que compõem as VPA e as VPD. Algumas circunstâncias poderão ser apresentadas em notas explicativas, ainda que seus valores não sejam relevantes, por exemplo: ☐ Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções; ☐ Baixas de itens do ativo imobilizado; ☐ Baixas de investimento; ☐ Reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação; ☐ Unidades operacionais descontinuadas; ☐ Constituição ou reversão de provisões	Normas Brasileira de Contabilidade (NBC TSP – do Setor Público); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª Edição); IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP; e IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais	PDF
05	Demonstração dos Fluxos de Caixa - Anexo 18 da Lei nº 4.320/64 p) Quadro Principal q) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; r) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; s) Quadro de Juros e Encargos da Dívida e t) Notas Explicativas a DFC deverá ser acompanhada de notas explicativas quando os itens que compõem os fluxos de caixa forem relevantes. A entidade deve divulgar, juntamente com comentário da administração em nota explicativa, os valores significativos de saldos de caixa e equivalentes de caixa que não caixa e equivalentes de caixa em poder de entidade controlada no qual se apliquem restrições legais que impeçam o uso geral dos saldos pela entidade controladora ou outras entidades controladas, além dos depósitos de terceiros, quando classificados como caixa e equivalente de caixa. Informações adicionais podem ser importantes para que os usuários entendam a posição financeira e a liquidez da entidade. A divulgação de tais informações, juntamente com as respectivas descrições contidas em notas explicativas, é recomendada e pode incluir: ☐ o montante de linhas de crédito obtidas, mas não utilizadas, que podem	Normas Brasileira de Contabilidade (NBC TSP – do Setor Público); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª Edição); e IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.	PDF



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

	estar disponíveis para futuras atividades operacionais e para satisfazer a compromissos de capital, indicando restrições, se houver, sobre o uso de tais linhas de crédito; e ☐ o montante e a natureza de saldos de caixa não disponíveis; ☐ descrição dos itens incluídos no conceito de caixa e equivalente de caixas; ☐ conciliação do saldo de caixa e equivalente de caixas apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial, justificando eventuais diferenças.		
06	Relatório circunstanciado da execução orçamentária, financeira e patrimonial	Artigo 13, item I, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCE-RO	PDF.
07	Qualificação do responsável (anexo TC-28);	Artigo 13, item II, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCE-RO	PDF
08	Cópia da publicação em Diário Oficial da relação nominal dos servidores ativos e inativos;	Artigo 13, item III, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCE-RO	PDF
09	Cópia do comprovante de devolução do saldo não utilizado ao Poder Executivo Municipal, se for o caso;	Artigo 13, item IV, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCE-RO	PDF
10	Inventário do estoque em almoxarifado (anexo TC-13)	Artigo 13, item V, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCE-RO	PDF
11	Inventário físico-financeiro dos bens móveis (anexo TC-15);	Artigo 13, item VI, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCE-RO	PDF
12	Inventário físico-financeiro dos bens imóveis (anexo TC-16);	Artigo 13, item VII, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCE-RO	PDF
13	Quadro demonstrativo das alterações orçamentárias (anexo TC-18);	Artigo 13, item VIII, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCE-RO	PDF
14	Relação dos restos a pagar, discriminadamente por Poder, Órgão ou Unidade, evidenciando cada credor, a fonte de recursos e destacando a situação: se processado ou não (anexos TC-10 A e TC-10 B);	Artigo 13, item IX, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCE-RO	PDF
15	Cópia das fichas financeiras dos vereadores	Artigo 13, item X, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCE-RO	PDF



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

16	Relatório e certificado de auditoria, com o parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas	Artigo 15, inciso III, do Regimento Interno (Resolução Administrativa nº 005/TCER-96)	PDF
----	--	---	-----

Conforme descrito no **check-list** acima, pode verificar que o Senhor **VILACI FERREIRA SOUSA CPF Nº 258.234.851-15** – Vereador Presidente, responsável pelo envio das informações que integram a **Prestação de Contas do exercício 2023** do Legislativo Municipal, atendeu em seu aspecto formal, integralmente aos requisitos listados no **Manual de Orientações de Prestação de Contas Anual - 5ª Edição, válida para o exercício de 2023**, cujo objetivo deste Manual é orientar os responsáveis pela elaboração dos relatórios e documentos das prestações de contas da administração estadual e municipal, **exigidos pelas Instruções Normativas n. 013/2004/TCE-RO e n. 065/2019/TCE-RO**. Trata-se dos requisitos, composição e estrutura dos documentos que compõem a prestação de contas, além da apresentação da plataforma de recepção (SIGAP – Corporativo – Recepção de Dados), sistema desenvolvido por este Tribunal para transmissão dos arquivos em formato eletrônico

3 - RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023.

Senhor Presidente,

Em cumprimento a Instrução Normativa nº 072/TCER-2020 que dispõe sobre as informações e documentos a serem encaminhados pelos gestores e demais responsáveis pela administração direta e indireta do Estado e dos Municípios e considerando o disposto na Lei Orgânica deste Município, temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetida à apreciação deste Egrégio Tribunal de Contas, a **Prestação de Contas desta Câmara Municipal de Vale do Anari-RO, relativo ao Exercício Financeiro de 2023.**



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

O presente relatório, que analisa os principais aspectos da gestão Econômica – Financeira deste Poder Legislativo, vai acompanhado da documentação exigida na Legislação específica.

Os resultados constantes dos documentos acima mencionados, com suas peças analíticas complementares, objetivam oferecer condições para ampla visão da situação financeira a partir de dados obtidos através dos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e das demonstrações dos balanços patrimoniais conforme informações constantes nos anexos: 12, 13, 14, 15 e 17 exigidos pela Lei 4.320/1964 da Câmara Municipal que de modo geral reflete toda a ação administrativa deste Poder.

A Execução Orçamentária foi efetuada em consonância com os dispositivos da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, *(QUE INSTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CONTROLE DOS ORÇAMENTOS E BALANÇOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL)*, da Constituição do Estado de Rondônia e da Lei Orgânica do Município de Presidente Médici, como poderá ser observado nas peças contábeis que acompanham a presente **Prestação de Contas de 2023**.

Assim sendo, passamos à análise do Balanço Geral do Exercício de 2023 em seus aspectos Orçamentários, Patrimonial, Econômico e Financeiro.

4 - COMPARATIVO: PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Programa é o instrumento de organização da ação governamental visando concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano plurianual.

A avaliação é o procedimento que tem por objetivo assegurar o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do Plano, provendo subsídios para corrigir falhas de concepção e execução, revisar objetivos e metas, visando melhorar os resultados desejados.



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

A avaliação, enquanto instrumento de gestão, permite ocasionar circunstâncias mais proveitosas para utilização dos recursos da sociedade e dar maior transparência de ação governamental

Neste contexto, a **Lei Municipal n.1118 de 19 de dezembro de 2022, “dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Vale do Anari-RO, para o quadriênio de 2022 a 2025” (Lei do PPA)**, e atende os dispositivos da Lei Maior do Estado, e as demais normas jurídicas infraconstitucionais, sendo que os programas estabelecidos representam as necessidades demandadas pela população do Município de Vale do Anari-RO e são compatíveis com a realidade financeira existente.

4.1 – ASPECTO QUANTITATIVO DOS PROGRAMAS PPA/LDO/LOA

4.1.1. PROGRAMA E OBJETIVOS

PROGRAM A Nº 001	OBJETIVO DO PROGRAMA Manter as atividades Administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Vale do Anari
-------------------------	---

Exercício	Ciclo Orçamentário PPA/LDO/LOA	Execução Orçamentária	Economia Orçamentária	Variação %	
				Execução Orçamentária	Economia Orçamentária
2021	1.284.444,94	1.277.396,87	7.048,07	99,45%	0,55%
2022	1.735.349,14	1.733.729,63	1.619,51	99,91%	0,09%
2023	2.020.123,25	2.013.932,65	6.190,60	99,69%	0,31%

I - A Lei Municipal Orçamentaria nº 973 de 14 de dezembro de 2020 que aprovou o Orçamento inicial para exercício de 2021 no valor de **R\$ 1.284.444,94** (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), que correspondeu ao montante Autorizado para o exercício de 2021, sendo a despesa realizada no valor de **R\$ 1.277.396,87** (um milhão, duzentos e setenta e sete mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), equivalente a **99,95%**, resultando numa economia de Dotação Orçamentária de **R\$ 7.048,07** (sete mil,



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

quarenta e oito reais e sete centavos), equivalente a **0,55%** (zero vírgula cinquenta e cinco por cento) da dotação inicial.

II - A Lei Municipal Orçamentaria nº 1038 de 13 de dezembro de 2021 que aprovou o Orçamento inicial para exercício de 2022 no valor de **R\$ 1.325.000,00** (um milhão, trezentos e vinte e cinco mil reais), acrescido do valor **R\$ 410.349,14** (quatrocentos e dez mil, trezentos e quarenta e nove reais e quatorze centavos), que correspondeu ao montante Autorizado para o exercício de 2022 de **R\$ 1.735.349,14** (um milhão, setecentos e trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e quatorze centavos), sendo a despesa realizada no valor de **R\$ 1.733.729,63** (um milhão, setecentos e trinta e três mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos), equivalente a **99,91%**, resultando numa economia de Dotação Orçamentária de **R\$ 1.619,51** (um mil, seiscentos e dezenove reais e cinquenta e um centavos), equivalente a **0,09%** (zero vírgula zero nove por cento) da dotação inicial.

III - A Lei Municipal Orçamentaria de nº 1120 de 19 de dezembro de 2022 que aprovou o Orçamento inicial para exercício de 2023 no valor de R\$ 1.908.000,00 (um milhão, novecentos e oito mil reais), acrescido do valor R\$ 112.123,25 (cento e doze mil, cento e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), que correspondeu ao montante Autorizado para o exercício de 2023 de R\$ 2.020.123,25 (dois milhões, vinte mil, novecentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos), sendo a despesa realizada no valor de R\$ 2.013.932,65 (um milhão, setecentos e trinta e três mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos), equivalente a **99,91%**, resultando numa economia de Dotação Orçamentária de **R\$ 6.190,60** (seis mil , cento e noventa reais e sessenta centavos), equivalente a 0,31% (zero vírgula trinta e um por cento) da dotação inicial



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

4.1. 2 – ASCPECTO QUANTITATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA DO CICLO ORÇAMENTARIO (PPA/LDO/LOA)

Discriminação das Despesas por Categoria Econômica	FIXAÇÃO DA DESPESA - PPA/LDO/LOA			Execução LOA 2021		Execução LOA 2022		Execução LOA 2023	
	2021	2022	2023	Valor R\$	%	Valor R\$	%	Valor R\$	%
1-DESPESA CORRENTE	1.119.284,94	1.315.095,28	1.687.511,87	998.040,73	78,13%	1.313.505,72	75,76%	1.687.100,75	83,77%
Pessoal e Encargos sociais	813.972,70	907.519,90	1.019.938,63	702.648,35	55,00%	907.519,90	52,34%	1.019.904,08	50,64%
Outras Despesas Correntes	305.312,24	407.575,38	667.573,24	295.392,38	28,13%	405.985,82	23,42%	667.196,67	33,13%
2-DESPESA CAPITAL	165.160,00	420.233,86	332.611,38	279.356,14	21,87%	420.223,91	24,24%	326.831,90	16,23%
Investimentos	165.160,00	420.233,86	332.611,38	279.356,14	21,87%	420.223,91	24,24%	326.831,90	16,23%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Amortização de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL	1.284.444,94	1.735.349,14	2.020.123,25	1.277.396,87	100%	1.733.726,63	100%	2.013.932,65	100%

Fonte: Balanço Orçamentário/2023 - Anexo XII da Lei nº 4.320/64

I - Do total das Despesas Realizada no exercício de 2021, as Despesas Correntes representaram **78,13%** e as Despesas de Capital **21,87%** do total de despesas realizadas

II - Do total das Despesas Realizada no exercício de 2022, as Despesas Correntes representaram **75,76%** e as Despesas de Capital **24,24%** do total de despesas realizadas

III - Do total das Despesas Realizada no exercício de 2023, as Despesas Correntes representaram **83,73%** e as Despesas de Capital **16,23%** do total de despesas realizadas

4.1.3 - ASCPECTOS QUALITATIVOS - RESULTADO ALCANÇADOS

Foi assegurado o funcionamento da Câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e normas estabelecidas na Lei Orgânica e LRF, oferecendo condições para os exercícios de suas funções



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Aos vereadores, foram asseguradas participações em cursos e seminários de capacitação para melhor desenvolvimento dos trabalhos Legislativos de fiscalização.

Foi asseguradas aos servidores da Câmara municipal participações em cursos e seminários de capacitação para melhor desenvolvimento dos trabalhos técnicos administrativos

Os vereadores fazem parte do Poder Legislativo, e discutem e votam matérias que envolvem impostos municipais, educação municipal, linhas de ônibus e saneamento, entre outros temas da cidade. Cada vereador é eleito de forma direta, pelo voto, tornando-se um representante da população. Por isso, deve propor projetos que estejam de acordo com os interesses e o bem-estar do povo.

Na câmara municipal (também chamada de câmara de vereadores), os projetos, emendas e resoluções têm de passar por comissões, para serem votados no plenário. Mesmo depois de aprovados, projetos e emendas precisam ser submetidos à apreciação do prefeito, que pode vetá-los total ou parcialmente ou aprová-los. Quando há aprovação, o projeto é publicado no diário oficial da cidade e vira lei.

Dentre as ações do Poder Legislativo no exercício de 2021, 2022, e 2023 Podemos citar:

Discriminação das Ações Legislativa	2021	2022	2023	TOTAL
I – Meta Global da Execução Orçamentária (LOA – Despesa Empenhada)	1.277.396,87	1.733.729,63	2.013.932,65	5.025.059,15
II - Foram realizadas quantas sessões ordinárias	37	39		
III - Foram realizadas quantas sessões Extraordinários	04	05		
IV – Resoluções editada pelo Poder Legislativo Municipal	02	03		
V – Foram abertos Processos Administrativos	69	80		
VI – Aquisição de bens de consumo para Almoxarifado (valor R\$)	13.873,72	30.422,86	60.098,49	104.395,07
VII – Aquisição de bens Móveis Permanentes para o acervo Patrimonial (valor R\$)	257.140,00	99.070,05	0,00	356.210,05



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

VIII – Aquisição de bens Imóveis Permanentes para o acervo Patrimonial (valor R\$)	22.216,14	321.153,86	326.831,90	670.201,90
--	-----------	------------	------------	-------------------

Além das votações, os vereadores também têm o poder e o dever de fiscalizar a administração, cuidando da aplicação dos recursos e observando o orçamento. **É dever deles acompanhar o Poder Executivo, principalmente em relação ao cumprimento das leis e da boa aplicação e gestão do dinheiro público.**

O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal de Vale do Anari –RO é composta por **09** (nove) vereadores, **com a prerrogativa de exercer as funções legislativa, fiscalizadora e julgadora, nos termos da Constituição Federal.**

- **Legislativa:** é função primordial da Câmara, pois visa à elaboração e aprovação das leis de interesse do Município;
- **Fiscalizadora:** caracteriza-se pela competência atribuída ao Legislativo para fiscalizar a conduta político-administrativa do prefeito e seus auxiliares. Além disso, compete à Câmara a aprovação ou reprovação das contas do Poder Executivo, mediante Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.
- **Julgadora:** autoriza a Câmara a julgar o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores na ocorrência de uma das hipóteses previstas na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, puníveis com perda de mandato.

A Câmara Municipal de Vale do Anari-RO, também desempenha a função de assessoramento ao Executivo, por meio de indicações e requerimentos, oferecendo sugestões legislativas e administrativas.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Municipal Orçamentaria de nº 1120 de 19 de dezembro de 2022 que aprovou o Orçamento inicial para exercício de 2023 no valor de R\$ 1.908.000,00 (um milhão, novecentos e oito mil reais), acrescido do valor R\$ 112.123,25 (cento e doze mil, cento e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), que correspondeu ao montante



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Autorizado para o exercício de 2023 de R\$ 2.020.123,25 (dois milhões, vinte mil, novecentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos), sendo a despesa realizada no valor de R\$ 2.013.932,65 (um milhão, setecentos e trinta e três mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos), equivalente a **99,91%**, resultando numa economia de Dotação Orçamentária de **R\$ 6.190,60** (seis mil , cento e noventa reais e sessenta centavos), equivalente a 0,31% (zero vírgula trinta e um por cento) da dotação inicial

5.1. DOS CREDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

De acordo com a movimentação orçamentária do exercício, os créditos autorizados foram os seguintes

DICRIMINAÇÃO	VALOR R\$	%
DOTAÇÃO INICIAL	1.908.000,00	100%
(+) CRÉDITOS SUPLEMENTARES	749.353,10	39,27%
(+) CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00
(-) ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO UG CAMARA	637.229,85	33,39%
(=) DESPESA AUTORIZADA	2.020.123,25	105,88%
(-) DESPESA EMPENHADA	2.013.932,65	105,55
(=) SALDO DE DOTAÇÃO	6.190,60	0,33%

Os créditos adicionais suplementares abertos no exercício atingiram o montante de **R\$ 749.353,10** (Setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e três reais e dez centavos), que correspondeu a 39,27% do orçamento Inicial.

As **anulações de dotação** orçamentariam da **UG Câmara Municipal** foi no valor de **R\$ 637.229,85** (seiscentos e trinta e sete mil, duzentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos), e **UG Prefeitura Municipal** e **R\$ 112.123,25** (cento e doze mil, cento e vinte e três reais e vinte e cinco centavos) ,que correspondente a **39,27%** , evidenciado no TC 18 – Demonstrativo das Alterações Orçamentária do exercício corrente.



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

De acordo com o TC-18 – Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - verifica-se uma alteração no orçamento, em função de abertura de créditos adicionais, no valor de **R\$ 749.353,10** (Setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e três reais e dez centavos), conforme abaixo demonstrado:

RECURSOS PARA ABERTURA DE CREDITOS	VALOR R\$
Anulações da UG Câmara	637.229,85
Excesso de Arrecadação	0,00
Superávit Financeiro UG Prefeitura – remanejamento de dotação orçamentaria por anulação.	112.123,25
Recursos Vinculados (convênios)	0,00
Anulações Externas (Outras Secretarias)	0,00
TOTAL	749.353,10

Portanto verificou que o Poder Legislativo de Vale do Anari-RO, manteve o Equilíbrio orçamentário e Financeiro em cumprimento ao art. 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000).

5.2. - DA DESPESA REALIZADA

A Despesa Realizada (Empenhada) no valor **de R\$ 2.013.932,65** (um milhão, setecentos e trinta e três mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos), equivalente a **99,91%**, resultando numa economia de Dotação Orçamentária de **R\$ 6.190,60** (seis mil , cento e noventa reais e sessenta centavos), equivalente a **0,31%** (zero vírgula trinta e um por cento) da dotação inicial valor que demonstra equilíbrio em relação aos Repasses Recebidos.

5.3. DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

As despesas empenhadas por categoria econômica realizadas no exercício e tão assim demonstrada .

CATEGORIA	VALOR	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
CORRENTE	1.687.100,75	83,77%
Pessoal e Encargos sociais	1.019.904,08	50,64%



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Outras Despesas Correntes	667.196,67	33,13%
CAPITAL	326.831,90	16,23%
Investimentos	326.831,90	16,23%
Inversões Financeiras	0,00	0,00 %
Amortização de Dívidas	0,00	0,00%
TOTAL	2.013.932,65	100%

Da despesa total as Despesas Correntes representam **83,77%** e as Despesas de Capital **16,23%** do total de despesas realizadas

6. REPASSES AO LEGISLATIVO/2023

O art. 29-A da CF/88 define os limites de despesa do Poder Legislativo municipal que varia conforme a população de cada Município, dispostas entre os incisos I ao VI. Assim, é a partir desses percentuais que se calcula o valor que será destinado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo para que este possa gerir suas atividades

Tendo em vista que o Município de Vale do Anari-RO, segundo o último censo demográfico, sua população estimada em 2023 era de 11.204 habitantes, o Presidente da Câmara deve respeitar o inciso I do art. 29-A da Constituição Federal que estabelece o percentual máximo de 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício anterior para o total das despesas com o Poder Legislativo Municipal.

O limite percentual aplicável a Vale do Anari-RO é de 7%, pois o quantitativo da população enquadra-se como municípios com até 100.000 habitantes. Imperioso ressaltar, com base nas disposições do art. 29-A, §2º, I, da Constituição Federal, que constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo.

A base de cálculo sobre a qual incidirão os percentuais definidos nos incisos I a IV do artigo 29-A da Constituição Federal, para determinação dos limites orçamentários



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

de despesas do Poder Legislativo Municipal, é constituída pelo somatório das receitas tributárias e das transferências previstas no m 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, todos da Constituição Federal, efetivamente realizadas no exercício anterior;

**REPASSES DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2023**

RECEITA	FONTE ANEXO X Lei 4320/64 - EXERCÍCIO 2022	Valor Arrecadado
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	968.344,65
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	0,00
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	179.242,09
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	5.539,42
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	196.128,98
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00.00.00.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	68.560,61
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	134.422,76
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e	930,45
1.1.1.2.53.0.2.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida A	0,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	489.002,23
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	528,26
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	42.895,75
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00.00.00.	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.681,42
1.1.2.1.98.0.1.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	53.830,64
1.1.2.1.98.0.2.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.774,88
1.1.2.1.98.0.3.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	7.512,28
1.1.2.1.98.0.4.00.00.00.00.00.	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	970,33
1.1.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	Taxa de Fiscalização de vigilância sanitária - Principal	2.694,37
1.1.2.1.50.0.2.00.00.00.00.00.	Taxa de Fiscalização de vigilância sanitária - Multas e Juros	105,39
1.1.2.1.50.0.3.00.00.00.00.00.	Taxa de Fiscalização de vigilância sanitária - Dívida Ativa	0,00
1.1.2.1.04.1.4.00.00.00.00.00.	Taxa de Fiscalização de vigilância sanitária - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
1.1.2.2.98.0.1.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	121.903,45
1.1.2.2.98.0.2.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	1.507,53
1.1.2.2.98.0.3.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	41.681,94
1.1.2.2.98.0.4.00.00.00.00.00.	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.381,82
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	13.427.082,33
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	589.151,09
1.7.1.1.51.3.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	552.403,84
1.7.1.1.51.4.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Adicional EC 112/2021	98.810,51
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	18.715,78
1.7.1.9.51.0.1.00.00.00.00.00.	Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. N 87/96 - Principal	0,00



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do ICMS - Principal	11.113.391,89
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPVA - Principal	661.446,29
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	48.546,96
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00.00.00.	Cota-Parte da contribuição de Intervenção no Domínio Economico - Principal	22.535,59
TOTAL		28.858.723,53
7% EMENDA 29-A		2.020.110,65
DUODÉCIMO (12 MESES)		168.342,55

Fonte: TC 04 – Comparativo da Receita Orçada com a realizada/2022

Portanto, se observa que os repasses tem que ser efetuados no limite legal permitido, conforme Art. 29-A, Inciso I da Constituição Federal de 1988

LIMITE LEGAL

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

Verificamos que o montante dos recursos efetivamente transferido pelo Poder Executivo de Vale do Anari-RO à sua Casa de Leis, de janeiro a Dezembro de 2023 foi de **R\$ 2.020.110,65** (dois milhões, vinte mil, cento e dez reais e sessenta e cinco centavos), que em confronto do montante de **R\$ 28.858.903,53** (vinte e oito milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e três reais e cinquenta e três centavos), da Receita Arrecadada no exercício anterior, conforme se verifica Anexo TC 04- Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada no Exercício de 2022,, representou um repasse na ordem de **7%** (sete por cento), quando o máximo é **7%** (sete por cento). Por tanto houve o cumprimento ao art. 29-A, I a VI, e § 2º, I e III, da Constituição Federal de 1988,

Diante do exposto, conclui-se, com base nos procedimentos aplicados e no demonstrativo acima, que os repasses financeiros ao Legislativo no exercício de 2022, estão em conformidade com o disposto no art. 29-A, incisos I a VI, e §2º, incisos I e III, da CF/88.



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

7. ACOMPANHAMENTO DOS VALORES REPASSADOS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023.

De acordo com a Base de Cálculo, os repasses para o Poder Legislativo no exercício de 2023 no montante de **R\$ 2.020.110,65** (dois milhões, vinte mil, cento e dez reais e sessenta e cinco centavos), que deverá ser repassado mensalmente ao Poder Legislativo o valor de **R\$ 168.342,55** (cento e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) que deverão ser repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês

As regras básicas sobre a matéria constam no art. 29-A da Constituição da República. O total da despesa da Câmara Municipal não poderá extrapolar o percentual de 7% da receita tributária e das transferências constitucionais para Municípios com população de até 100 mil habitantes.

Em seguida, deve-se verificar o valor do repasse previsto na lei orçamentária anual, que deve estar de acordo com o dispositivo constitucional. O § 2º do art. 29-A da mencionada Constituição tipifica crime de responsabilidade do Prefeito: efetuar repasse que supere o limite de 7%; **não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês**; ou enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na lei orçamentária.

Portanto, foi verificado que os valores repassados pelo Poder Executivo ao Legislativo foram enviados no prazo legal, conforme segue:

Período	Data dos Repasses ao Legislativo	Valores mensais repassados ao Poder Legislativo em 2023
Janeiro/2023	20/01/2023	167.767,20
Fevereiro/2023	23/02/2023	167.767,21
Março/2023	17/03/2023	169.513,88
Abril/2023	20/04/2023	168.349,44
Maio/2023	19/05/2023	168.349,44
Junho/2023	20/06/2023	168.349,44
Julho/2023	20/07/2023	168.349,44



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Agosto/2023	18/08/2023	168.349,44
Setembro/2023	20/09/2023	168.349,44
Outubro/2023	20/10/2023	168.349,44
Novembro/2023	20/11/2023	168.349,44
Dezembro/2023	20/12/2023	168.266,84
TOTAL		2.020.110,65

Fonte: Portal da Transparência no endereço eletrônico: mês de dezembro/2023.

Os repasses das verbas orçamentárias pelo Executivo ao Legislativo devem observar, além dos limites previstos no artigo 29-A da Constituição da República, as previsões contidas na Lei Orçamentária Anual, a fim de garantir a independência entre os Poderes, ressaltando que o quantum a ser repassado deve ser proporcional à receita do ente público;

Verificamos que o montante dos recursos efetivamente transferido pelo Poder Executivo de Vale do Anari-RO à sua Casa de Leis, de janeiro a Dezembro de 2023 foi de **R\$ 2.020.110,65** (dois milhões, vinte mil, cento e dez reais e sessenta e cinco centavos), que em confronto do montante de **R\$ 28.858.903,53** (vinte e oito milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e três reais e cinquenta e três centavos), da Receita Arrecadada no exercício anterior, conforme se verifica Anexo TC 04- Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada no Exercício de 2022,, representou um repasse na ordem de **7%** (sete por cento), quando o máximo é **7%** (sete por cento). Por tanto houve o cumprimento ao art. 29-A, I a VI, e § 2º, I e III, da Constituição Federal de 1988,

LIMITE LEGAL

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

PRAZO LEGAL

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

Portanto, se observa que os repasses foram efetuados no limite legal permitido, conforme Art. 29-A, Inciso I e foram realizados no prazo legal em cumprimento ao Art. 29-A, § 2º, Inciso II da Constituição Federal de 1988

8. DEVOLUÇÃO DE REPASSES NÃO UTILIZADOS PELO PODER LEGISLATIVO AOS COFRES DO PODER EXECUTIVO ATÉ 31/12/2023.

Havendo sobra de recurso financeiro, depois de atendidas todas as despesas, a Câmara deverá efetuar a devolução ao Poder Executivo, dentro do exercício financeiro em que ocorrer o repasse sem que isso afete a base de cálculo do limite com a folha de pagamento; e da possibilidade de se alterar o orçamento a Câmara durante sua execução.

A devolução do saldo financeiro não provocará efeito na base de cálculo das despesas com folha de pagamento, uma vez que a Constituição Federal estabelece que o limite máximo de 70% para gasto com folha de pagamento do Poder Legislativo Municipal incide sobre a sua receita, correspondente ao valor transferido pelo Executivo, sem deduções

Os valores eventualmente devolvidos ao caixa do tesouro devem ser escriturados como despesas extras-orçamentárias nos registros contábeis de quem os devolve (Câmara) e como receita extra orçamentárias de quem os recebe (Prefeitura), dispensado a realização de qualquer registro orçamentário.



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativo realizou a devolução de **R\$ 6.178,00** (seis mil , cento e setenta e oito reais), em 28 de dezembro de 2023 aos cofres do Poder Executivo Municipal conforme cópia do comprovante de depósito anexo

9. DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (Art. 20, III, “a”, LRF)

A Despesa Líquida de Pessoal (DLP) corresponde ao total da despesa com pessoal, conforme artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, excluindo-se as despesas mencionadas no § 1º, do artigo 19, bem como as possíveis duplicidades existentes. O comprometimento da despesa com pessoal do Poder Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, sinteticamente apresentou a seguinte situação:

Para o limite de despesa com pessoal, dispõe a LRF em seu Artigo 20 que a repartição dos limites globais para a despesa com pessoal não poderá exceder o percentual de 6% para o Poder Legislativo na esfera municipal. Sob este mandamento, verifica-se:

Período de Referência	Receita Corrente Líquida- RCL	Despesas com Pessoal		Limites para emissão de alertas		Notificação 100% - Lim-
		Total despesa Líquida com Pessoal	% RCL	90% Limite alerta (acima de 5.40%)	95% Limite prudencial (acima de 5.70%)	
1º Quadrimestre/23	39.097.766,43	735.969,96	1,88	NÃO	NÃO	NÃO
2º Quadrimestre/23	38.945.244,24	983.064,96	2,52	NÃO	NÃO	NÃO
3º Quadrimestre/23	40.423.742,98	988.864,11	2,44%	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Anexo I, 1º, 2º e 3º Quad/2023 (LRF, art.55, inciso I, alínea “a”)

O Quadro acima demonstra que a despesa total com pessoal da Câmara Municipal de Vale do Anari-RO, consistiu, até o 3º Quadrimestre de 2023 em **R\$ 988.864,11** (novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e onze centavos), que em confronto com a Receita Corrente Líquida do período, no valor de **R\$ 40.423.742,98** (quarenta milhões, quatrocentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos), **atinge o percentual de participação de 2,44%** (dois vírgula quarenta e quatro por cento), considerando que o limite é de **6%** (seis por cento), conforme determina o artigo 20, inciso III, alínea “a” da Lei Complementar nº. 101/2000, tal despesa acha-se regular.



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Considerando que o índice de despesa com pessoal de **2,44%** (dois vírgula quarenta e quatro por cento), apurado no 3º Quadrimestre de 2023, é inferior ao limite de 90% de que trata o artigo 59, § 1º, inciso II da LRF e, evidentemente, aos limites de 95% e máximo, de que tratam, respectivamente, os artigos 22, parágrafo único e 20, inciso III, alínea “a”, todos da referida lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000.

Finalizados os trabalhos de acompanhamento da gestão fiscal da Câmara Municipal de Vale do Anari, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Vilaci Ferreira Sousa, na qualidade de presidente da Câmara, referente ao exercício financeiro de 2023, verificamos que no período a Administração **atendeu o § 2º do art. 55 da LRF e não identificamos nenhuma ocorrência que justificasse a emissão de alerta ou determinações à gestão no período por esta Corte de Contas.**

10. CALCULO DO LIMITE DE 70% COM FOLHA DE PAGAMENTO (ARTIGO 29-A, § 1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

Segundo as disposições do Art.29-A, § 1º, da CF/88, a Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluindo o gasto com subsídio de seus vereadores. **O não atendimento deste dispositivo constitui-se crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal**

Conforme Parecer 006/2009, proferido nos autos do Processo nº 1549/2008, o conceito de “receita” deve-se ser entendido por **dotação orçamentaria final** da Câmara municipal para o exercício, desde que igual ou inferior ao limite disposto no capu do Art.29 A da CF/88.

Desta forma , a base de cálculo foi a dotação atualizada, demonstrada no Balanço Orçamentario do exercicio de 2023, conforme demonstrada na tabela abaixo:



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Discriminação	Valor (R\$)
a) Receita Base (Receita Tributarias e Transfencia de impostos do exercicio anterior)	28.858.903,53
b) Percentual do limite máximo	7%
c) Limite Legal dos Gastos do Poder Legislativo -art.29-A	2.020.123,25
d) Dotação Atualizada do Legislativo (Balanço Orçamentario)	2.020.123,25
e) Base de Cálculo para Limite de Gastos com Folha de Pagamento 70%	1.414.086,27
f) Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento (RGF)	988.864,11
g) %Gasto com Folha de Pagamento	48,95%

Fonte: Balanço Orçamentário e Financeiro/2023

Os gastos realizados com folha de pagamento da Câmara Municipal de Vale do Anari- RO, no valor em **R\$ 988.864,11** (novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e onze centavos), incluídos os subsídios de seus vereadores, foram de correspondente a **48,95%** (quarenta e oito vírgula noventa e cinco por cento), **foi inferior ao Limite Legal de 70%** dos Gastos Totais de **R\$ 2.020.123,25** (dois milhões, vinte mil, cento e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), **não ultrapassando o limite estabelecido no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal/1988**

Dessa forma, conclui-se que a Gestão Fiscal da Câmara Municipal de Ji-Paraná, referente ao exercício de 2023 atendeu aos pressupostos de responsabilidade fiscal exigidos na Lei Complementar Federal nº 101/00 e o limite legal previsto no disposto do Art. 29-A, §1º CF

11 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e demais disposições normativas vigentes. Foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema da Contabilidade Pública Integrado (SCPI) e incluem os dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo do



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Município de Vale do Anari-RO, com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº. 01.649.263/0001-99.

12. NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos, contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

13.- DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário - Anexo 12 da Lei Federal n. 4.320/64, tem por objetivo demonstrar o comportamento da receita e da despesa e indicar o resultado orçamentário do exercício (Art. 102, da Lei n. 4.320/64), apresentando o seguinte quadro

Extraíndo os dados do Balanço Orçamentário verifica-se o seguinte comportamento:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
(a) Receita Estimada (Previsão de Transferências Financeiras a Receber)	0,00
(b) Receita Arrecadada (Transferências Financeiras Recebidas)	2.013.932,65
= (a – b) Déficit de Arrecadação	2.013.932,65
(c) Despesa Fixada (Despesa Autorizada Final)	2.020.123,25
(d) Despesa Realizada (empenhada)	2.013.932,65
(= b - d) Superávit da Execução Orçamentária (devolução de recursos)	6.178,00
Percentual do Superávit Orçamentário sobre a Receita Arrecadada (Transferências Financeiras Recebidas)	0,30%
(= c- d) Economia Orçamentária	6.190,60

Fonte: Balanço Orçamentário/2023 - Balanço Financeiro/2023, Comprovante de Transferência de devolução de recursos para o Poder Executivo.



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Conforme verificado no quadro acima a receita arrecadada (transferências financeiras recebidas) foi superior à despesa realizada (empenhada), ocasionando Superávit da Execução Orçamentária de **R\$ 6.178,00** (seis mil, cento e setenta e oito reais), **obedecendo, destarte, o § 1º, do artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e artigo 48, “b” da Lei Federal nº 4.320/64.**

Conforme consta nos autos, foi devolvido ao Poder Executivo o valor de **R\$ 6.178,00 (seis mil, cento e setenta e oito reais)**, referente ao saldo não utilizado pela Câmara de Vale de Anari – RO, em 28/12/2023, conforme comprovante em anexo.

13.1. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A entidade contábil câmara Municipal teve um déficit de Execução Orçamentária, montante de **R\$ 2.020.123,25** (dois milhões, vinte mil, cento e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), todavia esse déficit de Execução, foi devidamente coberto com Repasses Financeiros do Poder Executivo de **R\$ 2.020.123,25** (dois milhões, vinte mil, cento e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL	VALOR R\$
1.Receitas Arrecadadas (BO)	
2. Despesas Empenhadas (BO)	2.013.932,65
3. Resultado Orçamentário	-2.013.932,65
4. Transferências Financeiras Recebidas (BF)	2.020.123,25
5.Trnasferencias Financeiras Concedidas (BF)	6.178,00
6. Resultado Orçamentário Apurado (3+4-5)	0,00

Verifica que o Resultado orçamentário apurado em 31/12/2023 foi R\$ 0,00 (zero), produto da subtração das Transferências Financeiras Recebida R\$ 2.020.123,25 (-) menos as Despesas Empenhadas R\$ 2.013.932,65 (-) menos as Transferências Financeiras Concedidas R\$ 6.178,00

14. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro - Anexo 13 da Lei Federal n. 4.320/64, tem por objetivo demonstrar os ingressos (receitas orçamentárias e extraorçamentarias) e



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

dispêndios (despesa orçamentária e extraorçamentárias), conjugados com os saldos do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Conforme demonstrado abaixo verifica-se que houve o equilíbrio Financeiros, onde as Disponibilidades Financeiras **R\$ 308.518,69** (trezentos e oito mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos) em 31/12/2023 são suficientes para cobertura das Obrigações Financeiras **R\$ 308.518,69** (trezentos e oito mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos) assumidas até 31/12/2023

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		381.507,79
Receita Orçamentária	2.020.110,65	
• Repasses recebidos	2.020.110,65	
Receita Extra –Orçamentária	415.667,89	
• Restos a Pagar N/Proc (Inscrição)	242.934,73	
• Restos a Pagar Processado (inscrição)	0,00	
• Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados	170.579,64	
• Realizável	2.153,52	
TOTAL DA RECEITA		2.817.286,33
Despesa Orçamentária	2.013.932,65	
• Despesa Orçamentária	2.013.932,65	
Transferência Concedida	6.178,00	
• Repasses concedidos (Devolução)	6.178,00	
Despesa Extra – Orçamentária	488.656,99	
• Restos a Pagar (pago)	315.923,83	
• Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados	170.579,64	
• Realizável	2.153,52	
TOTAL DA DESPESA		2.508.767,64
Saldo Disponível em 31/12/2023		308.518,69

O saldo para o exercício seguinte disponível em Caixa e Bancos representando o valor de **Financeiras R\$ 308.518,69** (trezentos e oito mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos) que concilia com a Conciliação Bancária em 31/12/2023 e com o valor registrado no Ativo Financeiro do Balanço Patrimonial- Anexo 14.

15. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Este Balanço foi levantado em obediência á normas legal, e em especial as estabelecidas na Lei Federal 4.320/64.

ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	R\$	308.518,79
➤ Caixa e Equivalente de Caixa em moeda Nacional.	R\$	308.518,79
➤ Demais Créditos e Valores á Curto Prazo	R\$	0,00
➤ Estoques Almoxarifado	R\$	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$	1.528.012,87
➤ Imobilizado	R\$	1.528.012,87
• Bens Móveis	R\$	573.356,48
• Bens Imóveis	R\$	986.978,33
➤ (-) Depreciação Acumulada	R\$	(32.321,94)
TOTAL DO ATIVO	R\$	1.836.531,56
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	R\$	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$	0,00
TOTAL DO PASSIVO	R\$	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$	1.836.531,56
Resultado Acumulados	R\$	1.836.531,56
• Superávit ou Déficit do Exercício	R\$	412.479,43
• Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores	R\$	1.424.052,13
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	R\$	1.836.531,56

As contas registradas no Ativo e Passivo Permanente sofreram a seguinte movimentação:

D) ALMOXARIFADO

Saldo do Exercício Anterior.....	R\$	0,00
(+) Inscrição Resultante da Execução Orçamentaria.....	R\$	60.098,49
(+) Inscrição Independente da Execução Orçamentaria.....	R\$	0,00
(+) Reclassificação/Transferência.....	R\$	0,00
(-) Baixa Resultante da Execução Orçamentaria	R\$	60.098,49
(-) Baixa Indep. da Execução Orçamentária	R\$	0,00
(=) Saldo para o Exercício Seguinte.....	R\$	0,00

O saldo do exercício anterior, evidenciado na conta “Almoxarifado”, no montante de R\$ 0,00 + (Entradas) de R\$ 60.098,49, (Inscrição Resultante da Execução



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Orçamentária), (+) R\$ 0,00 (Inscrição Independente da Execução Orçamentaria) , (+) R\$ 0,00 (Reclassificação), (-) menos Saídas de R\$ 60.098,49, (Baixa Resultante da Execução Orçamentária) , (-) R\$ 0,00 (Baixa Independente da Execução Orçamentária), (=) Saldo atual R\$ 0,00 corresponde com o valor registrado no Balanço Patrimonial TC 14 do exercício corrente e com anexo TC 13 -Inventário do Estoque em Almoxarifadodo exercício de 2023.

II) BENS MÓVEIS

Saldo do Exercício Anterior.....	R\$	462.628,23
(+) Inscrição. Resultante da Execução Orçamentária.....	R\$	94.186,25
(+) Inscrição. Indep. da Execução Orçamentária.....	R\$	249.524,91
(-) Baixa Resultante da Execução Orçamentária.....	R\$	0,00
(-) Baixa Indep. da Execução Orçamentária.....	R\$	232.982,91
(=) Saldo para o Exercício Seguinte.....	R\$	573.356,48

O saldo para do exercício anterior, evidenciado na conta “Bens Móveis”, no montante de R\$ 462.628,23 (+) Entradas de R\$ 94.186,25 (Resultante da Execução Orçamentaria), (+) R\$ 249.524,91 (Entradas Independente da Execução Orçamentaria (-) R\$ 0,00 (Baixa Resultante da Execução Orçamentaria), (-) R\$ 232.982,91 (Baixa Independente da Execução Orçamentaria), (=) Saldo atual R\$ 573.356,48 que corresponde com o valor registrado no Balanço Patrimonial TC 14, no Demonstrativo Sintético das Contas Componente do Ativo Permanente Anexo 14 e com o TC 15 - Inventário do Bens Móveis do exercício corrente.

III) BENS IMÓVEIS

Saldo do Exercício Anterior.....	R\$	681.343,58
(+) Inscrição Resultante da Execução Orçamentária	R\$	305.634,75
(+) Inscrição Resultante da Execução Orçamentária	R\$	0,00
(-) Baixa Resultante da Execução Orçamentária.....	R\$	0,00
(-) Baixa Indep. da Execução Orçamentária.....	E\$	0,00
(=) Saldo para o Exercício Seguinte.....	R\$	986.978,33

O saldo para o exercício Anterior, evidenciado na conta “Bens Imóveis”, no montante de R\$ 681.343,58 (+) Entrada de R\$ 305.634,75 (Resultante da Execução



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Orçamentaria), (+) R\$ 0,00 (Independente da Execução Orçamentaria), (-) R\$ 0,00 (Baixa Resultante da Execução Orçamentaria) (-) R\$ 0,00 (Baixa Resultante da Execução Orçamentaria) (=) Saldo atual R\$ 986.978,33 corresponde com o valor registrado no Balanço Patrimonial TC 14, no Demonstrativo Sintético das Contas Componente do Ativo Permanente Anexo 14 – e com o TC 16 - Inventário do Bens Imóveis do exercício corrente.

IV) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

Saldo do Exercício Anterior.....	R\$	-101.427,47
(+) Inscrição Resultante da Execução Orçamentária	R\$	0,00
(+) Inscrição Resultante da Execução Orçamentária	R\$	170.533,00
(-) Baixa Resultante da Execução Orçamentária.....	R\$	0,00
(-) Baixa Indep. da Execução Orçamentária.....	R\$	101.427,47
(=) Saldo para o Exercício Seguinte.....	R\$	-32.321,94

O saldo para o exercício Anterior, evidenciado na conta “Depreciação Acumulada”, no montante de R\$ 101.427,47 (+) Entradas de R\$ 0,00 (Resultante da Execução Orçamentaria), (+) R\$ 170.533,00 (Independente da Execução Orçamentaria), (-) R\$ 101.427,47 (Baixa Independente da Execução Orçamentaria), (=) Saldo atual R\$ 32.321,94 corresponde com o valor registrado no Balanço Patrimonial TC 14, no Demonstrativo Sintético das Contas Componente TC 23 do exercício corrente.

16 - DEMOSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidência as variações quantitativas ou qualitativas ocorridas no patrimônio da Entidade. As variações quantitativas aumentam ou diminuem o Patrimônio Líquido, enquanto as qualitativas alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido

Encerrou-se o exercício com uma Variação Patrimonial Positiva **R\$ 412.479,43** (quatrocentos e doze mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e três centavos) resultante dos seguintes valores:

I - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

- Transferências Intragovernamentais - Ganho de Incorporação com Ativos	R\$ 2.020.110,65 R\$ 117.969,47	2.138.080,12
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		2.138.080,12

II - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

- Remuneração a Pessoal - Encargos Patronais - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 828.686,24 R\$ 160.177,87 R\$ 31.039,97	1.019.994,08
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 662.692,94	662.692,94
Transferências e Delegações concedidas	R\$ 6.178,00	6.178,00
Outros Variações Patronais diminutivas	R\$ 2.117,84	2.117,84
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		1.725.600,69

III – RESULTADO PATRIMONIAL

VPA – VPD (I – II)	R\$ 412.479,43	412.479,43
--	----------------	-------------------

Através do demonstrativo acima, verifica-se a existência de um pequeno acréscimo no patrimônio, originando Superávit no exercício.

17. DÍVIDA FUNDADA

A Dívida Fundada Anexo 16, que compreende as obrigações decorrentes de financiamentos ou empréstimos e representam compromissos assumidos em um exercício para resgate em exercícios subsequentes, apresenta-se assim:

Saldo do Exercício Anterior.....	R\$	0,00
(+) Inscrição.....	R\$	0,00
(-) Baixa.....	R\$	0,00
(=) Saldo para o Exercício Seguinte.....	R\$	0,00

O saldo para o exercício anterior, evidenciado na no anexo 16 – Dívida Fundada, no montante de R\$ 0,00 + (inscrição) de R\$ 0,00 – (Baixa) de R\$ 0,00, (=) Saldo atual R\$ 0,00 corresponde com o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Fundada anexo 16.



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

18. DEMOSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante Anexo 17, que compreende as obrigações decorrentes de restituições, depósitos, serviço da dívida a pagar, Restos a Pagar e outras dívidas de curto prazo, bem como as operações de créditos por antecipação da receita, apresenta-se da seguinte forma:

a) RESTOS A PAGAR

Saldo do Exercício Anterior.....	R\$	381.507,79
(+) Inscrições.....	R\$	242.934,73
(-) Pagamentos.....	R\$	315.923,83
(=) Saldo para o Exercício Seguinte.....	R\$	308.518,69

O saldo para o exercício Anterior, evidenciado na conta “**RESTOS A PAGAR**”, no montante de R\$ 381.507,79 mais (+) R\$ 242.934,73 (Inscrições), menos (-) R\$ 315.923,83 (Baixas), (=) Saldo atual R\$ 308.518,69 que correspondem aos valores evidenciados no Anexo 13 - Balanço Financeiro, e com o Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante do exercício de 2023.

b) DEPOSITOS RESTITUIVEISE VALORES VINCULADOS

Saldo do Exercício Anterior.....	R\$	0,00
(+) Inscrições.....	R\$	155..839,82
(-) Pagamentos.....	R\$	155..839,82
(=) Saldo para o Exercício Seguinte.....	R\$	0,00

O saldo para o exercício Anterior, evidenciado na conta “**DEPOSITOS RESTITUIVEISE VALORES VINCULADOS**”, no montante de R\$ 0,00 mais (+) R\$ 155..839,82 (Inscrições), menos (-) R\$ 155..839,82 (Baixas), (=) Saldo atual R\$ 0,00 que correspondem aos valores evidenciados no Anexo 13 – Balanço Financeiro, e com o Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante do exercício de 2023

O saldo para o exercício Anterior, evidenciado na conta “**Divida Flutuante**”, no montante de R\$ 381.507,79 mais (+) R\$ 394.978,16 (Inscrições), menos (-) R\$ 467.967,26 (Baixas), (=) Saldo atual R\$ 308.518,69 que correspondem aos valores



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

evidenciados no Anexo 13 - Balanço Financeiro, que concilia com os valores registrados no Anexo 14 - Balanço Patrimonial e com o Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante do exercício de 2023, conforme segue:

Saldo do Exercício Anterior.....	R\$	381.507,79
(+) Inscrição.....	R\$	394.978,16
(-) Pagamento.....	R\$	467.967,26
(=) Saldo para o Exercício Seguinte.....	R\$	308.518,69

ACOMPANHAMENTO DOS RESTOS A PAGAR E DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO 3º QUADRIMESTRE/2023,

Período	Disponibilidade de Caixa (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processado do Exercício (a))	Inscrição em Restos a Pagar Não Processado do Exercício (b)	Resultado Financeiro C= (a-b)
3º Quad/2023	308.518,69	308.518,69	0,00

Para cobertura da inscrição dos Restos a Pagar no valor de **R\$ 308.518,69** (trezentos e oito mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos), evidenciado no Anexo 10B – Restos a Pagar Não Processados do exercício de 2023, o Poder Legislativo Municipal registrou a Disponibilidade Financeira no valor de **R\$ 308.518,69 (trezentos e oito mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos)**, em 31/12/2023, conforme conciliação bancária e extrato bancário em 31/12/2023

Portanto houve o cumprimento, ao princípio do equilíbrio das contas públicas, estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

19. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Demonstração do fluxo de caixa identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de utilização de caixa durante o período das demonstrações contábeis, e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	EXERCICIO
I - INGRESSOS	2.020.110,65
➤ Receitas Originarias	0,00
➤ Transferências Correntes Recebidas	0,00
➤ Outros Ingressos Operacionais	0,00
• Ingressos Extra Orçamentarios	0,00
• Transferencias Financeiras Recebidas	2.020.110,65
II - DESEMBOLSO	1.693.278,75
➤ Pessoal e Demais Despesas	1.687.100,75
➤ Juros e Encargo da Dívida	6.178,00
➤ Transferências Concedidas	0,00
➤ Outros Desembolsos Operacionais	0,00
III – FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DA ATIVIDADE E OPERAÇÕES (I- II)	326.831,90
IV – FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-399.821,00
V – FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00
VI – APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	
➤ Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	381.507,79
➤ (+) Geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-72.989,10
➤ (+) Ingressos Extra-Orçamentario	0,00
➤ (-) Desembolso Extra-Orçamentario	308.518,69
➤ (=) Caixa e Equivalente de Caixa Final	

Fonte : Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa/2023

O Fluxo de Caixa em 31/12/2023, demonstrada no Quadro acima no valor de **R\$ 308.518,69** (trezentos e oito mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos), que concilia com o TC 02 – Demonstrativo de Caixa e Banco , com suas respectivas conciliações bancárias, mostrando que a gestão fiscal pública foi responsável e que garantiu o cumprimento da legislação e resultados satisfatórios.

20. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme apresentado no presente relatório, esta Administração teve sua gestão voltada para cumprir as metas estabelecidas no orçamento, atingindo, assim, os objetivos propostos CONSIDERANDO que foram obedecidos os limites constitucionais e executados em conformidade com os preceitos constitucionais relativos ao:

1) Limite total da Despesa do Poder Legislativo de **7%** (sete por cento) em cumprimento ao Art.29-A, Incisos I a VI da CF/88,



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

Verificamos que o montante dos recursos efetivamente transferido pelo Poder Executivo de Vale do Anari-RO à sua Casa de Leis, de janeiro a Dezembro de 2023 foi de **R\$ 2.020.110,65** (dois milhões, vinte mil, cento e dez reais e sessenta e cinco centavos), que em confronto do montante de **R\$ 28.858.903,53** (vinte e oito milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e três reais e cinquenta e três centavos), da Receita Arrecadada no exercício anterior, conforme se verifica Anexo TC 04- Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada no Exercício de 2022,, representou um repasse na ordem de **7%** (sete por cento), quando o máximo é **7%** (sete por cento). Por tanto houve o cumprimento ao art. 29-A, I a VI, e § 2º, I e III, da Constituição Federal de 1988,

2) Limite de Gasto com pessoal do Poder Legislativo de **2,44%** (dois vírgulas quarentam e quatro por cento), em relação a RCL – Receita Corrente Líquida do exercício de 2023, em cumprimento no Art. 20, Inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme demonstrado abaixo:

Período de Referência	Receita Corrente Líquida- RCL	Despesas com Pessoal		Limites para emissão de alertas		Notificação 100% - Lim-
		Total despesa Líquida com Pessoal	% RCL	90% Limite alerta (acima de 5.40%)	95% Limite prudencial (acima de 5.70%)	
1º Quadrimestre/23	39.097.766,43	735.969,96	1,88	NÃO	NÃO	NÃO
2º Quadrimestre/23	38.945.244,24	983.064,96	2,52	NÃO	NÃO	NÃO
3º Quadrimestre/23	40.423.742,98	988.864,11	2,44%	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Anexo I, 1º, 2º e 3º Quad/2023 (LRF, art.55, inciso I, alínea “a”)

3) Limite de gastos com folha de pagamento do Poder Legislativo de 48,95% (quarenta e oito vírgulas noventa e cinco por cento) em cumprimento ao Art. 29-A, § 1º, da CF/88), conforme demonstrado abaixo:

Discriminação	Valor (R\$)
a) Receita Base (Receita Tributarias e Transfencia de impostos do exercicio anterior)	28.858.903,53
b) Percentual do limite máximo	7%



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

c) Limite Legal dos Gastos do Poder Legislativo -art.29-A	2.020.123,25
d) Dotação Atualizada do Legislativo (Balanço Orçamentario)	2.020.123,25
e) Base de Cálculo para Limite de Gastos com Folha de Pagamento 70%	1.414.086,27
f) Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento (RGF)	988.864,11
g) %Gasto com Folha de Pagamento	48,95%

Fonte: Balanço Orçamentário e Financeiro/2023

4) Dessa forma, concluímos, com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado para análise, que as disponibilidades de caixa são suficientes para a cobertura das obrigações financeiras (passivos financeiros) assumidas até 31.12.2023, demonstrando que foram observadas as disposições dos artigos 1º, §1º, e 42 da Lei Complementar n. 101/2000.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes		Quadro do Superávit/Déficit Financeiro	
1.(+) Ativo Financeiro	308.518,69	Ordinário	0,00
2.(-) Passivo Financeiro	308.518,69	Vinculado	0,00
3.(=) Total	0,00	Total	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial Anexo 14/2023

Conforme demonstrado acima, verifica-se que houve o equilíbrio Financeiros, onde as Disponibilidades Financeiras **R\$ 308.518,69** (trezentos e oito mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos), em 31/12/2023 são suficientes para cobertura das Obrigações Financeiras **R\$ 308.518,69 (trezentos e oito mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos)**, assumidas até 31/12/2023.

Concluindo, diríamos que a presente Prestação de Contas teve sua elaboração conforme as determinações legais que regulam a matéria, estando integrada, portando, a todos os Anexos da Lei Federal nº 4320/64, bem como os demais exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

As Demonstrações contábeis da Câmara municipal de Vale do Anari referente ao exercício de 2023, representam a situação patrimonial em 31/12/2023 e os resultados orçamentários, financeiros e patrimonial e foram elaborados de acordo as disposições da Lei Federal nº 4.3620/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 e das



GOVERNO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
PALÁCIO VEREADOR ACYR JOSÉ DAMASCENO
PODER LEGISLATIVO

demais normas de contabilidade do setor público e também, houve uma gestão transparente, onde foram disponibilizados o acesso as informações disposta na Lei Complementar nº 131/2009 e Lei nº 12.527/2011.

CONDISERANDO que foram encaminhadas todas informações e anexo da Lei federal nº 4.320/64 da Prestação de contas anual de 2023 e enviadas via eletrônica todos balancetes mensais do exercício de 2023 de forma tempestiva em cumprimento a IN nº 072/2020/TCER, exceto janeiro e fevereiro do exercício de 2023.

Procuramos, pois, retratar no presente Processo de Prestação de Contas, os principais aspectos da Gestão, ocorridos no Exercício ora encerrado, com clareza e objetividade, colocamo-nos a disposição desta Corte de Contas, para quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários, para uma perfeita análise da referida Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2023

Sem mais, apresentamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Vale do Anari-RO, 30 de março de 2023.

Vilaci Ferreira Sousa
CPF nº 258.234.851-15
Vereador Presidente